

SESSÃO ESPECIAL - ANPEC

DESENVOLVIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

COMPOSIÇÃO DA MESA:

Presidente:

Otaviano Canuto – Secretário Executivo da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec).

Expositores:

Naércio Aquino Menezes Filho – Professor da Universidade de São Paulo (USP).

Reinaldo Gonçalves – Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Otaviano Canuto

Temos o prazer de apresentar dois excelentes expositores para abordar o tema dessa nossa sessão especial, sobre Desenvolvimento e Distribuição de Renda. A idéia é que as exposições tomem algo em torno de meia hora, abrindo-se em seguida o debate com os presentes. O tema se inscreve entre as prioridades a se pensar, no que tange a novos desafios para o século XXI na economia brasileira. Esta será a ordem das exposições: inicialmente, o professor Reinaldo Gonçalves, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e depois o professor Naércio, da USP.

Reinaldo Gonçalves

Bom dia a todos. Minha intervenção é, em certa medida, complementar à palestra de Naércio sobre desenvolvimento e distribuição de renda. Na realidade, vou fazer uma análise crítica de quatro projetos alternativos de desenvolvimento, os mais recentes e mais expressivos hoje disponíveis, e vou focar a questão da distribuição de renda, tentando, em seguida, trazer algum tipo de valor agregado.

Basicamente, a idéia é pensar o século XXI, que é o nosso tema aqui, e pensar o Brasil no horizonte dos próximos dez anos, em cima de quatro contribuições recentes sobre estratégias alternativas de desenvolvimento.

Essas contribuições, na realidade, surgiram nos últimos dois anos basicamente em cima de uma percepção mais ou menos generalizada de uma herança negativa do atual modelo do brasileiro. Ou seja, há uma percepção mais ou menos generalizada, que vai da esquerda à direita e passa pelas diferentes correntes da economia, de que o atual modelo de desenvolvimento brasileiro traz muito mais problemas do que resolve, em termos tanto de desenvolvimento quanto de distribuição.

Nesse sentido, vou analisar trabalhos de quatro autores. O primeiro é o Antônio Dias Leite, que publicou em abril deste ano um livro chamado “Crescimento Econômico, Experiência Histórica do Brasil - Estratégia para o Século XXI”, pela Editora José Olímpio. O Dias Leite, talvez os mais jovens não saibam, foi Ministro de Minas e Energia do Médici e foi professor emérito da UFRJ. O segundo autor que vou analisar é o João Paulo de Almeida Magalhães, que publicou em março deste ano um livro chamado “Estratégia de Longo Prazo para o Brasil”. O João Paulo de Almeida Magalhães é professor titular de Direito Econômico da UFRJ, hoje é da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, e foi um dos fundadores do PSDB. O terceiro autor que vou analisar é o João Paulo dos Reis Veloso, num trabalho que foi publicado em 98 chamado “Modelo de Especializações Avançadas – um Projeto para o Brasil no Século XXI”, realizado no contexto daqueles fóruns nacionais que ficaram conhecidos como os “fóruns do Veloso”. O Veloso, para quem não se lembra, foi Ministro do Planejamento do Geisel e foi presidente do IPEA também. O quarto autor que vou analisar é o Roberto Mangabeira Unger, que no ano passado apresentou um trabalho chamado a “Segunda Via, Presente e Futuro do Brasil”. Resultado: são quatro trabalhos, quatro livros, publicados em 2000, 1999 e 1998, que tentam apresentar estratégias de desenvolvimento para o Brasil numa perspectiva de longo prazo.

A idéia aqui é analisar essas estratégias observando o que há de mais característico em cada uma e o que elas têm em comum. Ou seja, quais são os temas centrais que nós, economistas, temos que definir, pensar e tratar; e quais as diretrizes básicas para que o País caminhe na direção desejada. Então, vamos ver aqui as diretrizes básicas desses quatro autores e apresentar uma análise crítica.

Para começar, não tem economia sem política. Em termos de espectro político, esses projetos vão da direita à centro-esquerda. O autor mais de centro-esquerda aqui é o João Paulo de Almeida Magalhães, que tem uma visão mais social-democrata.

O primeiro ponto da análise é identificar quais são os objetivos centrais desses quatro autores que estão pensando o desenvolvimento do Brasil, num horizonte de longo prazo. O primeiro objetivo que aparece em todos os projetos é crescimento econômico elevado. As taxas variam de 5%, no Mangabeira Unger, a 8%, no Dias Leite. Ou seja, a prioridade número um na visão desses autores, que a meu ver corresponde mais ou menos à média de quem pensa o Brasil, hoje, no longo prazo, é o crescimento econômico elevado. Essa é a primeira percepção, em termos de objetivo.

O segundo objetivo, que está explícito, é a redução da vulnerabilidade externa do País. Há uma clara percepção de que o Brasil tem um problema sério, dramático, grave de inserção internacional, e que isso é uma enorme restrição, cria muitos problemas. A única exceção dentre os autores, ou seja, o único que não apresenta esse objetivo de forma explícita, é o Veloso, embora o deixe implícito. Os outros colocam esse objetivo de forma explícita.

A terceira prioridade, na realidade o terceiro objetivo, é a estabilidade de preços, que aparece mais explicitamente em dois autores: o Veloso e o Dias Leite. Os outros dois autores colocam a estabilidade de preços como objetivo, mas aceitam alguma inflação razoável como contrapartida a um crescimento elevado da produção, da renda.

Por fim, uma observação importante é que em nenhum dos quatro autores aparece de forma explícita a questão da redução da concentração de renda, da desigualdade, da miséria e da pobreza. Na realidade, só um autor, que é o Dias Leite, apresenta o objetivo de redução da desigualdade, da pobreza e da miséria, ainda que ao longo de todo o texto a percepção que se tem é que isso aparece muito mais como um exercício de retórica do que, de fato, como um objetivo prioritário e firme. Repetindo: nenhum dos quatro autores, que vão da direita à centro-esquerda, menciona como objetivo o combate à desigualdade, à pobreza e à miséria no Brasil.

Então, esses são os objetivos: redução da vulnerabilidade externa, crescimento e estabilidade de preços, firme, no caso do Veloso e do Dias Leite, e frouxa, no caso do Mangabeira Unger e do Almeida Magalhães.

O segundo aspecto é o motor do crescimento, a locomotiva que puxa o sistema, em termos de demanda agregada. Curiosamente, dois autores, o Veloso e o Almeida Magalhães, apresentam modelos “*export-led*”, ou seja, a locomotiva do nosso trem de renda chama-se exportação. O Veloso tem um modelo que ele chama de especializações avançadas e o Almeida Magalhães tem um modelo “*export-led*” muito bem definido. No caso do Dias Leite, essa importância está implícita, digamos. Não há uma discriminação do motor de crescimento, em termos de demanda agregada, nem em consumo, nem em investimento privado, nem em investimento público e nem nas exportações; mas ele dá muita ênfase à questão das exportações.

Com relação ao mercado interno, nenhum dos autores dá ênfase à expansão desse mercado; e mais, nenhum deles dá ênfase à expansão do mercado interno de consumo de massas. O único autor que, implicitamente, parece estar focando consumo doméstico quando olha a demanda agregada é o Mangabeira Unger. Ele parece ter uma preferência velada pela expansão do consumo na classe média.

Os autores também dão pouca ênfase a investimento privado ou investimento público. Então, olhando para agregados macroeconômicos, a grande ênfase é nas exportações. Em nenhum momento, em nenhum dos quatro autores, há uma referência explícita, forte, à expansão do mercado interno e, muito menos, à expansão do mercado

interno de consumo de massas. Então, esse é o motor de crescimento: as nossas exportações.

O terceiro aspecto é a vulnerabilidade externa. As maiores críticas vêm do João Paulo de Almeida Magalhães e do próprio Dias Leite. Agora, o principal alvo de críticas dos quatro autores é a abertura financeira externa. Ou seja, todos eles são a favor do controle do capital especulativo de curto prazo. O único que se manifesta claramente a favor de uma liberalização comercial é o João Paulo de Almeida Magalhães; ele é o único que tem um viés, digamos, protecionista comercial.

Observação importante: nenhum dos quatro autores questiona a vulnerabilidade externa brasileira na área monetária, que é a liberalização cambial. Na área financeira, as críticas são apenas ao capital de curto prazo. Também nenhum deles questiona a liberalização na área produtiva real e nem a liberalização na área tecnológica.

Em outras palavras, o único questionamento que é feito por todos eles é a questão do capital especulativo de curto prazo. Na área comercial, o único questionamento é feito pelo João Paulo de Almeida Magalhães; nenhum dos outros autores questiona a vulnerabilidade na área financeira, na monetária, na comercial, na tecnológica ou na produtiva real, isto é, a presença de empresas estrangeiras no País. A vulnerabilidade é vista fundamentalmente como problema de frutos financeiros de curto prazo; e num curto prazo com um corte especulativo. Essa é a peculiaridade da vulnerabilidade externa nesses quatro autores.

Então, nós vimos: os objetivos, o motor do crescimento e a vulnerabilidade externa. O quarto tema importante é o papel do Estado. Os quatro modelos são claramente privatistas, sem nenhuma exceção. Todos, no entanto, são a favor de uma forte intervenção do Estado. Uma pequena nuance é o caso do Veloso.

Mas a intervenção do Estado tem dois cortes. Um é o Estado orientando e mobilizando o setor privado através de políticas ativas de crédito e comercial; dependendo do autor, política industrial, tecnológica, etc. O primeiro aspecto de uma forte intervenção do Estado é por meio de políticas ativas, isso está presente em todos os autores. Todos defendem um Estado ativíssimo na mobilização e orientação do setor privado.

Dois autores defendem um Estado-empresário: o João Paulo de Almeida Magalhães, que é um social-democrata, e o Mangabeira Unger, que também defende investimentos pesados na infra-estrutura. Planejamento econômico é ressaltado por Almeida Magalhães e por Dias Leite. Mas em nenhum dos quatro autores a privatização é questionada.

Então, repetindo, são modelos altamente privatistas mas, ao mesmo tempo, com uma forte intervenção do Estado no sentido de orientar e mobilizar o setor privado, transferir recursos e criar oportunidades de investimentos privados. O planejamento é recuperado em dois autores e a privatização não é questionada por ninguém. O Veloso, que é o mais privatista deles, argumenta que a privatização deve avançar aceleradamente, com uma única exceção, que o caso da Petrobrás. Mas ele não diz porque a Petrobrás é a exceção no seu modelo altamente privatista. Então, basicamente, esse é o quarto ponto: um papel de Estado ativo, mas num modelo claramente de economia de propriedade privada.

O quinto tema é a configuração empresarial e organizacional desse capitalismo brasileiro. Significa, no fundo, saber quem é o agente protagonista, quem é que pilota a locomotiva. O modelo de João Paulo de Almeida Magalhães é o modelo dos campeões nacionais. Ele escolheu transformar os Votorantins, os Jereissatis, os não-sei-o-quê da vida em Samsungs, Daewoos, Golden Star e essas coisas coreanas. O ator protagonista

são os grandes grupos econômicos nacionais. É escolher os grupos, botar recurso público na mão deles e mandá-los pilotar o capitalismo brasileiro.

Mangabeira Unger tem uma versão diferente: ele tem um projeto de pequenas e médias empresas. Em sua visão do empresariado brasileiro, a elite não merece confiança; e a configuração empresarial e organizacional desse capitalismo tem que se assentar no pequeno e médio empresário. Na realidade, essa proposta se aproxima muito da visão que ele tem do Estado. Sua visão do Estado é muito curiosa: é um Estado que não seria encontro das classes sociais; seria um Estado neutro com relação às classes, dirigido por homens sábios, enérgicos e implacáveis; e teríamos um capitalismo gerenciado por pequenos e médios empresários; e uma burocracia asséptica. É um modelo orientado para a classe média.

Em nenhum dos quatro exercícios há uma distinção entre capital privado nacional e internacional. A questão de origem do capital não aparece em nenhum dos quatro modelos. Em outras palavras, a origem da propriedade não importa para os quatro autores, da direita aos de centro-esquerda.

O sexto tema é financiamento. Bem, o tema comum é o ajuste das contas públicas. Todo mundo é a favor da prioridade das contas públicas. No caso do desequilíbrio de estoque, do desequilíbrio de fluxo, dos déficits nossos, eles seriam enfrentados por um ajuste fiscal e uma reforma tributária. Agora, em nenhum dos quatro projetos a reforma tributária aparece como elemento de progressividade; em nenhum dos projetos ela aparece como instrumento de distribuição de renda e riqueza. Curiosamente, o modelo de Mangabeira Unger é uma reforma tributária em cima de um imposto de valor agregado, que é claramente, e ele reconhece, regressiva.

Quanto à dívida externa, ninguém toca no termo, mesmo sabendo que o Estado brasileiro deve 200 bilhões de reais em dívida externa. E na dívida interna, ninguém fala nesse desequilíbrio de estoque, com exceção do Mangabeira Unger, que propõe – e que na realidade é o cavalo de batalha dele – uma renegociação forçada da dívida interna, ainda que ele não diga como vai ser feita essa renegociação. É basicamente isso.

Com relação a financiamento, o único que menciona a questão do sistema financeiro, a questão do financiamento ao setor privado, ao público de modo geral, é o Mangabeira Unger, que fala fundamentalmente em desenvolver fundos (*venture capital*) no Brasil. Fundo de capital de risco. Seria o Brasil usar este modelo americano de capital de poupança privada ou pública e jogar em fundos e capital de risco; e aí estimular o setor, financiar o setor privado.

O sétimo e penúltimo ponto importante é emprego. Em todos os quatro modelos, emprego é função de duas variáveis: crescimento e educação. Cresce a renda, cresce o emprego. Mais educação, mais empregabilidade, mais emprego. Essa é a lógica nos quatro modelos. A política de emprego é uma política passiva nos quatro modelos.

O último ponto é a questão da distribuição, sob três aspectos: de renda, de riqueza e regional, já que estamos aqui no Ceará, falando em questão regional. Em todos os quatro modelos, distribuição de renda é função de crescimento e de investimento em educação. Não há nenhuma política de distribuição ativa de renda. Ela é passiva nos modelos Dias Leite, Mangabeira Unger, Veloso e João Paulo de Almeida Magalhães, modelos esses que, lembramos, vão da direita à centro-esquerda.

Nenhum dos autores trata de distribuição de riqueza. No entanto, todo mundo sabe que 1% da população brasileira tem quase 20% da renda, mas esse 1% tem mais de 50% do estoque de riqueza deste País. Muita gente acredita que o problema central do Brasil não é a concentração de renda e sim a concentração de riqueza; só que nenhum dos

quatro autores sequer menciona a concentração de riqueza, que é o brutal desequilíbrio histórico deste País.

Por fim, a questão regional. Apenas Veloso menciona essa questão. Com o modelo de especializações avançadas dele, nós teríamos no Brasil pólos exportadores assentados em vantagens comparativas baseadas em recursos naturais; e essas exportações seriam exportações com conteúdo tecnológico e de capital crescente. Com isso, você faz um pólo de melão no Ceará, faz um pólo de manga em Pernambuco, faz um pólo de não sei o quê não sei onde; seriam pólos crescentemente intensivos em tecnologia e capital, daí esses recursos naturais seriam exportados e o Brasil teria uma inserção, digamos, com uma reprimarização chique de seu padrão de vantagem comparativa. É o único momento em que se fala na questão regional.

Tomemos o Nordeste por exemplo. Tem um estudo no IPEA, de um economista, o Hidalgo, que até está sendo apresentado na reunião que está ocorrendo aqui, que mostra que a vantagem comparativa do Nordeste é fundamentalmente assentada em recursos naturais; os produtos de exportação são altamente intensivos em recursos naturais e em capital, e não em mão-de-obra. Então, nesse sentido, o modelo de especializações avançadas, um modelo “*export-led*”, no caso regional, ele faria um *upgrade* desses produtos primários intensivos em tecnologia e capital, e não em mão-de-obra. Esse é o único momento em que a questão regional aparece. Quer dizer, aparentemente, distribuição regional, assim como distribuição de renda e distribuição de riqueza, não é prioridade para esses autores.

Há alguns outros temas importantes que devem ser tratados, mas não vou analisá-los aqui porque quero usar o tempo restante para agregar algum valor. É o caso, por exemplo, das relações capital e trabalho: a questão do salário mínimo, a participação nos lucros, a questão dos sindicatos. Isso não é tratado pela totalidade dos autores, exceto um caso particular; mas, de modo geral, a questão das relações capital e trabalho não é tratada. Com relação aos obstáculos primários e secundários, eles variam de autor para autor, e medidas mais ou menos específicas são evitadas. E há, obviamente, todo aquele tipo de referência à redução de taxa de juros, que faz parte desse tipo de exercício.

Em síntese, o que temos hoje? Pensar o Brasil a longo prazo é o tema do desenvolvimento e da distribuição; e o que vimos aqui é que se tem pelo menos oito grandes temas. A grande lição que observamos nesses autores é que há uma enorme preocupação com a vulnerabilidade externa, mas a saída que alguns deles procuram é enfrentar o desequilíbrio externo jogando a economia mais para fora, o que é curioso. Quer dizer, você enfrenta a vulnerabilidade aumentando, aprofundando e acelerando a sua inserção internacional com um *export-led model*, com um crescimento assentado nas suas exportações.

A segunda coisa importante é forte intervenção do Estado; terceira coisa importante: negligência absoluta com relação à distribuição de renda e de riqueza e à questão da distribuição regional, à questão regional no País.

Bem, tentando fazer um valor agregado pela esquerda – já que eu falei que os autores iam da direita e paravam no centro-esquerda, como o João Paulo –, eu diria o seguinte: a primeira coisa que fica faltando, para quem lê esses projetos pela esquerda, é com relação a crescimento econômico. Os números de 5% a 8% são razoáveis, mas eu não sei por que no Brasil ninguém fala em crescimento em dois dígitos. Se a China cresce a dois dígitos, e é um país complicadíssimo, que tem um bilhão e 200 milhões de habitantes – é um monte de gente, um monte de dialetos, um monte de confusão –, eu não sei por que no Brasil não se fala em crescimento de dois dígitos. Não sei se os economistas têm certa vergonha em falar nisso, mas não há na ciência econômica, até o

ponto em que eu saiba, nenhum tipo de impedimento de pensarmos em taxa de crescimento de longo prazo de dois dígitos. A China vem crescendo a 10% há 22 anos. Não sei por que não podemos pensar o Brasil crescendo a 10% num período de dez anos. Até hoje ninguém me conseguiu provar que isso é uma bobagem. Pode ser que alguém prove. Mas até hoje ninguém me conseguiu provar, teoricamente, e do ponto de vista da realidade objetiva brasileira, que não podemos crescer a dois dígitos; e eu continuo surpreso em achar taxa de 5%, que considero uma taxa muito baixa para o Brasil. Acho que quando o Mangabeira pensou esses 5% estava lá em Boston, aí ele viu os americanos crescendo a 4% e achou que o Brasil podia crescer a 5%.

Em segundo lugar, a questão da redução da vulnerabilidade externa. É curioso que nenhum deles enfrenta a vulnerabilidade externa nas suas dimensões completas, que são, normalmente, a financeira, a monetária, a cambial, a tecnológica, a produtiva real e a comercial. Todo mundo, hoje, se concentra contra capital especulativo de curto prazo. Estou começando a achar que curto prazo não é problema; que capital especulativo, de repente, não é tão complicado, não é uma coisa assim tão ruim. Na medida em que todo mundo fala a mesma coisa, é provável que ninguém esteja dizendo grande coisa.

Mas, de qualquer maneira, é importante termos uma visão abrangente, e não ficarmos batendo no espantalho do capital especulativo. Hoje, do Meltzer às Nações Unidas, passando pelo B.I.S., todo mundo é a favor de controlar capital de curto prazo. Então, eu acho que é preciso ter uma visão mais ampla da vulnerabilidade externa, inclusive na área produtiva real.

Outro tema interessante é esse *trade-off* entre crescimento e preço. Um dos autores, o mais social-democrata, em particular, e o próprio Dias Leite, que não é um social-democrata, apresentam a idéia de que podemos crescer a 10% ao ano, com uma inflação de 10% ao ano. Por que não? Qual o problema? Então, talvez a gente tenha que ter um pouco dessa coragem de dizer: “não, eu aceito uma inflação de dois dígitos, desde que eu tenha um crescimento de dois dígitos. Por que não uma inflação de 15%, com crescimento de 10%, se for esse o preço a pagar? Então, acho que devemos ter um pouco menos de vergonha de falar de inflação, como se fosse uma coisa despuadora ter inflação de dois dígitos. Acho que é uma coisa importante isso.

Com relação à questão da configuração organizacional e empresarial, que é um tema polêmico, no fundo é o seguinte: nesse capitalismo brasileiro, quem vai pilotar? Eu observei que aqui tem duas visões. Curiosamente, um social-democrata defende grandes grupos econômicos nacionais, e lá o outro autor defende pequenos e médios empresários. É importante saber isso, porque no fundo é saber quem vai passar na catraca do Banco do Nordeste, quem vai passar na catraca do BNDES. Vamos falar do BNDES, não vamos falar do Banco do Nordeste, que é nosso anfitrião.

Você bateu na catraca do BNDES, naquela maquininha de Raio X de lá, e disse: “olha, quem tiver patrimônio acima de 5 milhões não entra, é barrado na entrada no Banco”. Isso é uma coisa. Outra coisa é você pode dizer: “não, só entra quem tiver patrimônio acima de 50 milhões”. É outra coisa. E isso é fundamental. Como você faz isso? No fundo, você vai dizer na sociedade quem vai ocupar o Estado; como você vai ocupar o Estado. Em alguns autores isso está mais claro e em outros está menos claro. Está colocado mais claramente no caso da social-democracia explícita – e aqui é o caso dos grandes grupos – e no projeto de pequenos e médios empresários; e é curioso que em nenhum caso o modelo de expansão do mercado interno de massa funciona.

Do ponto de vista da esquerda brasileira, talvez a grande diferenciação com relação a esses modelos esteja exatamente na escolha do motor de crescimento; você ter um investimento público e o mercado interno de consumo de massa. Porque, no fundo, é o seguinte: você tem a pirâmide brasileira, que tem 1% da população, tem lá umas 400

mil famílias, que é a turma que tem patrimônio e riqueza. Depois você tem uma classe média, que somos nós, uns 50 milhões de pessoas, que têm renda e pouca riqueza, ou nenhuma riqueza ou alguma riqueza. Isso é importante da hora de você escolher.

Os militares, em 68, nos escolheram; optaram pela classe média. Depois, tem um *trickle-down*. nossa renda cresce, começamos a contratar bens e serviços e aí tem um *trickle-down*. Isso é um pouco o projeto do Mangabeira Unger: centra na classe média, porque aí está a opinião pública, aí está a mobilização, aí está a rua, aí estão os meios de comunicação. Aí está a força política. E essa é a visão dele. Então, a locomotiva é por aí.

Só que, do ponto de vista da esquerda, talvez fundamental seja pensar não nesse um milhão e 600 mil brasileiros das 400 mil famílias, que são a turma lá de cima, nem na classe média, mas pensar fundamentalmente nos 55 milhões de quase pobres e nos 60 milhões de pobres que o Brasil tem. Esse é o mercado interno de consumo de massa. Nosso mercado, na realidade, para a esquerda, tem que ser esse povo aí; tem que ser 120 milhões de brasileiros, que são os pobres, que estão lá embaixo, os miseráveis, os indigentes; e mais os quase pobres, que são o nosso faxineiro de uma empresa de terceirização aqui, que ganha salário mínimo; ou o funcionário lá da Vicunha que ganha salário modal de 200 reais e que, se ficar desempregado, sai de quase pobre para pobre; ele está ali na fronteira do salário modal de 200 reais, nas grandes empresas do Ceará. Desempregado vira de quase pobre para pobre de um dia para o outro. Então, esse é o povo que, talvez do ponto de vista da esquerda, você tenha que centrar. Expansão do mercado interno de consumo de massa significa ter como foco essas 120 milhões de pessoas.

Então, do ponto de vista mais da esquerda, na questão da vulnerabilidade externa talvez fundamental seja entrar em todos os aspectos dessa vulnerabilidade, e não só na questão do capital de curto prazo; na segunda questão, sobre o motor do crescimento, esse motor é o consumo, e há um investimento orientado para o mercado interno de consumo de massa; o terceiro lugar importante é a questão da distribuição de renda e riqueza. Tem que haver uma política ativa, não adianta uma política compensatória.

O fato é que, no Brasil, para resolver o desequilíbrio de renda, que é um problema de desequilíbrio de fluxo, é preciso resolver o nosso problema de desequilíbrio de estoque, que se chama concentração de riqueza. Fluxo decorre de estoque; não se pode resolver desequilíbrio de fluxo se não resolver desequilíbrio de estoque. Se nós formos fazer reforma estatutária, se nós formos fazer políticas salariais, relações capital e trabalho, repartição de lucro, etc. etc. etc. o foco prioritário tem que ser desequilíbrio de estoques: estruturas residenciais, estruturas não residenciais, terra, ativos financeiros, ativos monetários. Tem que ir em cima de estoque; diga-se, classe rica brasileira. Se o desequilíbrio de estoque se mantiver da forma que nós temos, não conseguiremos resolver o problema de desequilíbrio de renda. Essa é uma concepção que está aí.

Antes de concluir, gostaria de chamar a atenção, novamente, para esses três aspectos. Embora haja outros importante, não vou elaborar mais para não cansar vocês, pois já falei muito. Então, resumindo, do ponto de vista mais à esquerda, temos: motor de crescimento: mercado interno de consumo de massa. Como eu disse, é central, é fundamental um crescimento acelerado da economia, aceitando algum *trade-off* razoável, confortável, para a inflação. Segundo ponto: vulnerabilidade externa numa visão ampla; enfrentar reversão e, na prática, reversão da liberalização financeira, monetária, comercial, tecnológica e produtiva real. Do ponto de vista de distribuição, entrar direto na distribuição de riqueza. Curiosamente, nenhum dos quatro autores falou em reforma agrária, que é um problema de distribuição de estoque, estoque de terra. Então, basicamente, é essa a idéia, ao se pensar o Brasil num horizonte de dez anos.

Só para terminar, gostaria de mencionar um estudo recente do Fundo Monetário, na realidade um box do *World Economic Outlook* de maio deste ano. Ele pegou uns dados do Angus Maddison sobre renda *per capita* e fez uma classificação dos países, em termos de níveis de renda *per capita*, no início do século XX, em 1900, e agora, no ano 2000. Ele ordenou os países em quatro grupos. O Brasil estava numa classificação média-alta, em 1900. Ao longo do século XX, o primeiro resultado que se observou é que há uma enorme estabilidade nas posições relativas; isto é, quem estava bem, ficou bem, quem estava mal, ficou mal. Então, o Fundo Monetário descobriu isso, sem escutar a música...”Todo mundo sabe o que acontece? O de cima sobe e o de baixo desce”. Então, no Fundo Monetário, lá em Washington, naquele frio danado, aqueles burocratas cinzentos, insípidos, descobriram uma estabilidade dos países ao longo do século XX.

Mas eles descobriram outra coisa que nós já sabíamos, que é o seguinte: o Brasil é um dos raros casos de *down-grade*; moveu-se de média-alta para média-baixa. O Brasil também perdeu o século XX. A gente estuda história do Brasil e costuma dizer: “não, o Brasil perdeu a história porque perdeu o século XIX. Porque o imperador, para evitar a fragmentação – ter uma república federativa do Ceará, república federativa do Rio de Janeiro, república federativa do Piauí –, para manter a unidade nacional, tinha um poder moderador autoritário que era o catalisador, que era o Império”. O Império, então, compunha com as oligarquias, as oligarquias se uniam, não se mudava nada, não se fazia nenhuma revolução, nenhuma guerra civil, para manter essa nossa estrutura oligárquica terrível no século XIX. Então, nós perdemos o século XIX. Essa a grande diferença entre nós e os Estados Unidos.

Depois, vamos ver que, apesar dos nossos crescimentos de 5%, em média, ao longo do século XX, nós perdemos. Porque, do ponto de vista de renda *per capita*, o que aconteceu é que nós acabamos nos deslocando para baixo. Resultado: nós também perdemos o século XX. E por que perdemos o século XX? A hipótese que vou deixar aqui para o Naércio, que vai agregar valor para nossa discussão, é que talvez o nosso grande problema seja exatamente esse problema de concentração de riqueza, que não permite uma distribuição de renda; e a não distribuição de renda não permite um mercado interno dinâmico. Enquanto não resolvemos isso, o Brasil é um dos três piores países em termos de concentração de renda em todo o mundo e, certamente, está também entre as três maiores concentrações de riqueza do mundo. Isso desde o século XVI. Se entrarmos no século XXI – e estamos entrando rapidinho – com essa concentração, e se ela não for alterada, certamente vamos continuar num movimento de *down-grade*. Os americanos crescendo a 3,5%, nós crescendo a 3%, aumentando o *gap*.

Então, quero chamar a atenção aqui: do ponto de vista de alternativas de longo prazo, se não mudarmos a distribuição de riqueza, não alterarmos a vulnerabilidade externa e não pensarmos nos quase pobres, que são 55 milhões, e nos pobres, que são mais 60 milhões, um total de quase 120 milhões, dificilmente nós teremos desenvolvimento econômico no Brasil. Muito obrigado pela atenção.

Naércio Menezes

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer ao Otaviano pelo convite para participar dessa mesa. Vou falar sobre o tema da reunião, que é Desenvolvimento e Distribuição de Renda, e durante a exposição vou me referir a alguns artigos de colegas da USP: o professor Reinaldo Fernandes, Paulo Piquete, Carlos Azzoni e os alunos Tatiana e Raul. Primeiro, vou falar rapidamente de alguns modelos teóricos, depois vou enfocar alguns estudos empíricos que analisam padrões de crescimento de diversos países; aí vou falar do caso brasileiro, depois vou falar um pouco de desigualdade regional e aí vou concluir

a exposição.

A proposta da minha exposição é a seguinte: saber se há uma correlação positiva entre crescimento econômico e melhora na distribuição de renda. Então, minha preocupação central é com desenvolvimento econômico, entendido como crescimento econômico, aliado a uma melhora na distribuição de renda do País.

Vou analisar essa questão sob dois aspectos. O primeiro aspecto é saber se a desigualdade é prejudicial ou benéfica para o crescimento econômico. Esse é o primeiro estágio, em que a causalidade vai de desigualdade para crescimento. No segundo estágio, quero analisar se o crescimento econômico gera desigualdade ou atenua a desigualdade de renda. São esses dois passos.

Iniciando, vou falar rapidamente de alguns modelos teóricos. Não é essa minha especialidade, pois sou um economista, mas é só para alertar a audiência a respeito de alguns modelos novos que têm surgido. Nessa área, o referencial básico é o trabalho de Kuzness, de 1955, ainda hoje muito utilizado e citado, segundo o qual o processo de crescimento leva a uma piora da distribuição de renda, num primeiro momento, e depois gera uma melhora subsequente na distribuição de renda. Você teria uma economia basicamente agrária, aí quando começa a industrialização e a urbanização aumenta o diferencial de produtividade entre os trabalhadores no setor urbano industrial e no setor agrícola; e isso tende a aumentar a desigualdade. Mas, com o tempo, uma porção maior dos trabalhadores agrícolas é atraída para a indústria e para as cidades, o que leva a uma diminuição posterior de desigualdades. Esse trabalho é o mais influente, até hoje, dentre os muitos estudos que comparam crescimento de países e distribuição de renda.

Então, a primeira questão é a seguinte: será que a desigualdade de renda acelera o crescimento ou é prejudicial ao crescimento? Os modelos mais tradicionais dizem que a desigualdade é boa para o crescimento. Eles apresentam três argumentos básicos: o primeiro, que a propensão marginal a poupar dos ricos é maior; então, quando você concentra renda, você aumenta a taxa de poupança da economia e isso leva a um crescimento maior. Em segundo lugar, você tem uma indivisibilidade de investimentos, você precisa de bastante capital, dinheiro para poder investir, então é bom você concentrar a renda na mão de poucas pessoas, que teriam esse capital para poder investir e levar o País a crescer. Em terceiro lugar, a questão de incentivos. Se você taxa a renda dos mais ricos para transferir para os mais pobres, você desincentiva a poupança; e como a poupança é importante para o investimento, você está diminuindo investimento e o crescimento. Ou seja, o argumento tradicional é que existe um *trade-off* entre eficiência produtiva e justiça social.

Agora, há os modelos mais recentes; e eu chamo a atenção da platéia para esse artigo do Philip Aghion e Garcia Penarosa, publicado no *Journal of Economic Research*, em 1999, em que eles revertem esse argumento. Eles falam que uma economia em que você tem agentes heterogêneos, ou seja, você tem basicamente ricos e pobres, e você tem um mercado de capitais imperfeito, ou seja, os pobres não conseguem tomar empréstado para realizar suas atividades produtivas, essa economia com desigualdades de renda tem uma taxa de crescimento menor. Ou seja, a alta desigualdade é prejudicial ao crescimento econômico. Basicamente, o argumento principal é que você tem ricos e pobres; os ricos têm ativos e capital, e investem até o momento em que a produtividade marginal do capital é igual à taxa de juros; de outro lado você tem os pobres, que, por terem pouco capital, apresentam produtividade marginal do capital muito alta, então eles poderiam investir muito; mas, como eles não têm os recursos para investir, eles ficam estagnados nessa situação. Então, se você transferisse ativos dos ricos para os pobres, você acabaria com esse problema, o que levaria ao crescimento econômico.

Além disso, esse descasamento entre ricos e pobres, com um mercado de capitais imperfeito, gera uma piora de incentivos, porque os mais pobres, se tiverem possibilidade de tomar emprestado, vão ter que pagar depois, e isso diminui o esforço dos mais pobres na realização de investimento, porque os retornos marginais desse investimento vão ser destinados em grande parcela aos emprestadores. Além disso, se você tem investidores e poupadores que são pessoas diferentes, há um descasamento do processo de investimento e poupança, o que leva a uma volatilidade muito grande na economia.

É claro que isso não é uma questão decidida; existem argumentos dos dois lados. Mas eu queria chamar a atenção para esses novos modelos que dizem que uma redistribuição dos ricos para aqueles com pouca dotação de capital físico gera oportunidades de investimento e, assim, crescimento econômico.

Então, você tem os dois lados do argumento e isso é muito importante para capital humano, por exemplo. Estou conduzindo um estudo para o BID, sobre determinantes de estudo ou trabalho de crianças, e a gente sempre encontra em vários países da América Latina que a renda familiar é muito importante para determinar a escolaridade das crianças. Ou seja, existem muitas famílias que gostariam de mandar os filhos à escola e não mandam porque precisam do trabalho dos filhos para sustentar a própria família. Significa que elas não podem tomar emprestado para mandar os filhos para a escola; portanto, o mercado de capitais é imperfeito, o que vai de acordo com o segundo tipo de argumento.

Qual a evidência empírica a respeito desse assunto? Fiz um *survey* e três estudos publicados no *Journal of Development Economics*, em 1998, mostram que existe uma relação negativa entre desigualdade de riqueza e crescimento econômico. Esses estudos estão muito na moda. Você pega cerca de 60 a 100 países e faz uma regressão do crescimento do produto num período de 30 anos, na desigualdade de renda ou desigualdade de riqueza, no início do período. Há uma unanimidade mostrando que, quanto mais concentrada a riqueza e a renda, menor o crescimento futuro; ou seja, a desigualdade prejudica o crescimento. São estudos estatísticos, econométricos, etc.

Então, o resumo dessa primeira parte, procurando saber se a desigualdade é benéfica ou prejudicial ao crescimento, é que exigem argumentos teóricos dos dois lados: ela pode ser prejudicial ou benéfica para o crescimento; e os estudos empíricos mais recentes mostram que a desigualdade de riqueza e de renda é prejudicial ao crescimento econômico.

Agora, vou falar um pouco sobre se o crescimento econômico gera desigualdade ou diminui a desigualdade. Trata-se de assunto que tem tomado o tempo de economistas no mundo inteiro; ou seja, é um assunto muito na moda, que tem atraído o interesse de economistas de trabalho, de comércio internacional e outros, em virtude do aumento da desigualdade recente nos Estados Unidos.

Tenho alguns gráficos que mostram isso. O primeiro é o índice de desigualdade: é a diferença entre o logaritmo do salário de alguém no nonagésimo percentil da distribuição e alguém no décimo percentil da distribuição. Ou seja, é o salário de alguém que só tem 10% das pessoas acima dele, com relação ao salário de alguém que só tem 10% da população abaixo dele. É, portanto, um índice de dispersão da distribuição, um índice de desigualdade.

No gráfico, que se refere ao período 1963/98, nos Estados Unidos, vocês podem ver que até o final da década de 70 havia uma relativa estabilidade na desigualdade de renda nos Estados Unidos; e a partir de 1979 a desigualdade começou a subir abruptamente. A princípio, as pessoas se recusavam a acreditar nesse fato; falavam que

era um problema com os dados. Mas, de repente, formou-se um consenso de que a desigualdade nos Estados Unidos estava subindo de forma assustadora. E aí os economistas de trabalho e comércio internacional tentaram explicar por que isso tem ocorrido. O curioso é que isso também ocorreu com a Inglaterra.

Nesse gráfico estou colocando o salário real de alguém no décimo percentil, a mediana na distribuição e no nonagésimo percentil. Podemos observar que o salário real nessas três posições da distribuição ficou mais ou menos constante até 1978 e 1979, e a partir daí eles se distanciam; ou seja, há um aumento na dispersão da distribuição, um aumento na desigualdade de renda. O mesmo processo que estava acontecendo nos Estados Unidos estava acontecendo também na Inglaterra; e as pessoas começaram a pensar se havia um processo geral em que o crescimento econômico das últimas décadas está associado a uma piora na desigualdade de renda. Se você observar, isso acontece nos Estados Unidos, e isso acontece na Inglaterra. O que será que está por trás desse mecanismo?

É importante ressaltar que esse padrão de desigualdade não é comum a todos os países. Ele atingiu principalmente os Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália; na França e Finlândia, a desigualdade permaneceu mais ou menos constante; na Itália e Alemanha, houve queda na desigualdade; e em alguns países em desenvolvimento, como o Brasil, México e Chile, houve aumento na desigualdade.

Há três explicações possíveis e uma delas é o comércio internacional. Ou seja, se pensarmos que existem dois tipos de trabalhadores na economia: trabalhadores mais habilidosos e menos habilidosos, nos Estados Unidos há abundância de trabalhadores mais habilidosos, mais qualificados, com mais educação, enquanto o Brasil e outros países têm abundância de trabalhadores menos qualificados, com pouca educação; na hora em que você aumenta o comércio internacional, como aconteceu entre Estados Unidos e países subdesenvolvidos, a tendência é aumentar a desigualdade nos Estados Unidos e diminuir a desigualdade nesses países subdesenvolvidos. Então, os economistas americanos começaram a pensar: “já sei o que aconteceu, os Estados Unidos abriram muito sua economia, transacionando com países do terceiro mundo, e, em vez de produzir domesticamente os bens intensivos de mão-de-obra não qualificada, eles começaram a importar da China estes bens, ou seja, caiu a demanda por trabalhadores menos qualificados nos Estados Unidos, resultando em aumento na desigualdade.

O interessante desse argumento ressaltado por estes autores é que o reverso tem de acontecer nos países do terceiro mundo; ou seja, a liberação comercial deveria reduzir a desigualdade no Brasil e em outros países. A grande preocupação nossa, no momento, é testar se isso é verdade ou não; e, mais na frente, vamos verificar que isso não ocorreu.

A segunda explicação são mudanças tecnológicas enviesadas para trabalhadores qualificados. Ou seja, com o advento do computador, a utilização em massa de computadores aumentou a demanda por habilidade, criatividade, e isso aconteceu em todos os lugares do mundo; ou seja, os trabalhadores mais educados e habilidosos tiveram aumento em sua demanda em relação aos menos qualificados e menos habilidosos, e isso seria responsável pelo aumento da desigualdade.

A diferença entre os dois argumentos é que a liberação comercial teria efeitos contrários nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos; ao passo que na mudança tecnológica o efeito não é ambíguo: a desigualdade deve aumentar em todos os lugares em que isso acontece.

Finalmente, uma terceira explicação mais recente é que houve mudanças organizacionais nas empresas – processos de reestruturação - que também aumentaram a demanda por pessoas mais qualificadas, que podem exercer várias funções ao mesmo

tempo.

E o caso brasileiro? O estudo principal sobre distribuição no País é do Langoni, de 1973, em que ele percebeu que houve aumento da desigualdade entre 1960 e 1970 e tentou entender as causas por trás desse aumento. Segundo ele, o que aconteceu foi mais ou menos similar à hipótese de Kuznets: houve um processo de industrialização, aumentou a demanda por trabalhador mais educado e qualificado e isso aumentou a desigualdade de renda. Segundo essa hipótese, na medida em que a economia se desenvolvesse mais ainda, esse processo tenderia a ser revertido, registrando uma queda na desigualdade num segundo momento. Essa era a hipótese de Langoni, muito criticado na época, aliás, por ser aliado dos militares.

Deixo de fazer aqui um resumo da literatura para entrar no trabalho que estamos desenvolvendo na USP, que procura ver o que está acontecendo no período mais recente, nas décadas de 80 e 90, no Brasil. Só para antecipar os resultados, vou mostrar alguns gráficos em que se constata que a desigualdade de renda está crescendo lentamente nesse período. Algumas pessoas, o Ricardo Barros, por exemplo, um *expert* nessa área, preferem enfatizar que a desigualdade tem permanecido constante nos últimos 20 anos.

Os retornos à educação, definidos como o adicional salarial que uma pessoa ganha por ter um ano a mais de estudo completo no mercado de trabalho, em média estão caindo. Vale ressaltar que esse retorno a um ano adicional de estudo não é linear, pode ter diversas formas; pode ser que um ano a mais de estudo quando você tem onze anos de estudos, ou seja, quando você completou o segundo grau, seja mais importante do que um ano de estudo quando você tem apenas dois anos de estudo. Então, os retornos à educação, em média, estão caindo, e os retornos ao ensino superior estão aumentando dramaticamente nos últimos 20 anos; e isso pode ser explicado tanto pelo lado da oferta quanto do lado da demanda.

Colocamos numa tabela a renda apropriada por 10% das famílias mais ricas em relação aos 40% mais pobres, considerando uma série de países; e o país com maior desigualdade de renda é o Brasil, variando apenas de último para penúltimo e antepenúltimo, alguma coisa assim. A desigualdade de renda no Brasil, dentro do contexto da América Latina e do mundo, é impressionante.

Temos aqui também um gráfico de desigualdade de renda com a mesma medida que usamos para os Estados Unidos, ou seja, a diferença entre o logaritmo do salário de alguém no topo, no nonagésimo percentil da distribuição, e alguém no décimo percentil da distribuição. Podemos ver, nesse gráfico, que a desigualdade tem aumentado lentamente nesse período. Essa é a minha interpretação. Principalmente se compararmos o período de 1979 a 1997. Os dados são das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, do IBGE, uma fonte riquíssima em termos de dados, disponível em CD desde 1977 até 1997.

Então, o que está acontecendo em termos de desigualdade é que ela não está caindo e pode até estar aumentando. Além de ter o pior índice de desigualdade de renda do mundo, o Brasil tem mantido estável essa desigualdade. Existe um fator estrutural – esta é minha interpretação – pois por mais que se tenha períodos de crescimento, períodos hiperinflacionários, períodos sem inflação, a desigualdade permaneceu lá intocada, nos últimos 20 anos. É um grande trabalho para nós entender por que isso acontece.

O próximo gráfico indica os retornos à educação do segundo grau. A linha de baixo mostra a diferença salarial entre alguém com ensino médio e alguém com quatro anos de estudos, ao longo dos anos; e a linha de cima é a diferença de renda entre alguém com ensino superior e alguém com ensino médio. O que está acontecendo no

Brasil é o seguinte: enquanto a diferença salarial entre pessoas com ensino médio e ensino fundamental está diminuindo drasticamente, a diferença entre alguém com ensino superior e alguém com ensino médio tem subido dramaticamente. Estes dois fatores acabam se contrabalançando, de modo que a desigualdade fica mais ou menos constante ao longo do período; mas se olharmos dentro das desigualdades vamos encontrar esses dois padrões complementemente distintos. O mercado parece que está querendo cada vez mais as pessoas com nível superior; não basta mais ter nível médio completo; é importante agora ter ensino superior.

Deve-se salientar também que os retornos à educação, no Brasil, são os mais altos do mundo. Comparando 17 países da América Latina dos quais tenho os dados, os retornos à educação aqui são disparadamente os maiores, o que significa que a educação é muito mais importante no Brasil em relação a outros países. Um trabalho muito importante do Ricardo Paes de Barros afirma que o fator que mais explica a desigualdade no Brasil é a educação, que é pessimamente distribuída e os retornos à educação são muito elevados. Estes dois fatores combinados geram uma desigualdade muito grande. Então, a educação é responsável por 50% dos nosso índice de desigualdade de renda.

Uma coisa bastante interessante é saber se é somente a oferta que está determinando estes padrões de educação, já que há equilíbrio e interação entre a oferta de educação e a demanda por educação. É como se fosse uma corrida: você tem as firmas talvez inovando e demandando trabalhadores cada vez mais educados e a economia brasileira está fornecendo estes trabalhadores. É claro que houve no Brasil um aumento do nível médio de educação nos últimos 20 anos. Então, na corrida, se a demanda ultrapassar a oferta, o retorno à educação aumenta; se a oferta crescer a uma taxa mais rápida que a demanda, o retorno à educação cai.

Esse outro gráfico mostra a proporção relativa dos níveis de educação no País, nesse período. A linha vermelha é a razão entre as pessoas com ensino médio e as pessoas com ensino fundamental, que tem aumentando dramaticamente nesse período; ou seja, a proporção de pessoas com ensino médio tem aumentado muito, o que é consistente com a queda no retorno associado ao ensino médio com relação ao ensino fundamental. A linha de baixo mostra a proporção de pessoas com oito anos de estudos, ou seja, com ensino fundamental completo, e as pessoas com quatro anos de estudos, o antigo ensino primário; isso também tem aumentado. A única coisa que tem caído é a proporção de pessoas com ensino superior relativas às pessoas com ensino médio. Por quê? Porque os dois estão crescendo; está crescendo a proporção de pessoas com ensino médio e está crescendo a proporção de pessoas com ensino superior, só que a proporção de pessoas com ensino médio está crescendo a uma taxa maior. Nossa interpretação é a seguinte: é que as pessoas terminam o ensino médio e não conseguem, em consequência de imperfeições do mercado, como restrição ao crédito, prosseguir seus estudos, entrar no ensino superior, porque o preço da mensalidade da faculdade privada é alto, tendo em vista os níveis de desigualdade de renda. As pessoas estão chegando até o ensino médio, mas param ali. Então, a proporção entre ensino superior e ensino médio está caindo ao longo do tempo, o que também pode explicar o aumento do retorno à educação superior. Então, pode ser que tudo o que a gente está observando em termos de retornos à educação seja derivado, simplesmente, do lado da oferta, sem nada a ver com a demanda.

Nesse outro gráfico, tentamos decompor a desigualdade de renda no Brasil nos últimos 20 anos, que tem ficado basicamente constante. Dividimos as amostras entre grupos educacionais e de idades, para ver o que aconteceu com a desigualdade dentro destes grupos. Qual o objetivo desse trabalho? Ora, se a explicação é oferta ou é

comércio internacional, o principal fator que explica a desigualdade de renda é a variação na desigualdade entre os grupos – entre grupos educacionais, entre faixas etárias e assim por diante. Se o principal fator que explica é a tecnologia, por exemplo, devemos observar o momento da desigualdade dentro de cada grupo, porque a mudança tecnológica ocorre dentro de cada grupo. Nesse gráfico, podemos ver que ambos os fatores são responsáveis pelo aumento da desigualdade no Brasil.

Resumindo esta parte do caso brasileiro: a desigualdade de renda no Brasil cresceu lentamente nos últimos 20 anos. Esse aumento na desigualdade é função de três resultados; dois deles estão relacionados à educação. Houve um aumento salarial, retorno econômico, com educação de nível superior, e uma redução do retorno à educação associado ao ensino médio. Além disso, houve aumento das desigualdades dentro de grupos educacionais e dentro de grupos de idade.

Agora, na quarta parte da exposição, vou falar de desigualdade regional – tema bem apropriado para a ocasião. Vou me basear num trabalho feito com Azzoni, Tatiani Menezes e Raul Silveira. O que fizemos nesse trabalho foi analisar a convergência de renda entre os Estados do Brasil, usando pela primeira vez na literatura brasileira ou internacional microdados. Ao invés de tomar como base a renda *per capita* agregada de cada Estado, temos a renda de cada família que mora em cada Estado. Vamos analisar a convergência de renda de uma família em São Paulo *vis à vis* a de uma família de Fortaleza, por exemplo, daí o título do artigo: “Convergência com dados micro”. Isso é importante porque dentro de renda *per capita* de um Estado tem uma série de fatores que podem estar se alterando ao longo do tempo. Quando se trabalha só com dados agregados não se leva em conta essa alteração na composição das pessoas que moram no Estado, a exemplo de migração entre diferentes Estados e diferentes processos ao longo do ciclo de vida das pessoas entre os Estados e assim por diante.

Novamente vou antecipar as conclusões. Nos dados, que cobrem o período de 1981/97, parece não estar havendo convergência de renda entre os Estados brasileiros, ou seja, entre as famílias que habitam estes Estados; tudo permanece como está. Na verdade, combinando esse resultado como o resultado anterior, tanto a desigualdade pessoal de renda como a desigualdade entre Estados permanece constante nos últimos 20 anos. É uma coisa que resiste a fatores cíclicos, a fatores de inflação, a diferentes governos e assim por diante.

O segundo resultado muito importante é que os fatores que estão associado ao crescimento de renda de cada Estado são investimentos em educação, investimento em infra-estrutura e serviços públicos.

Em 1960, o PIB *per capita* dos Estados apresentava diferenças muito grandes, sendo Rio de Janeiro e São Paulo com uma renda muito grande e os outros Estados com uma renda baixa. Em 1995, a diferença continua, mas a desigualdade parece ter diminuído um pouco no caso desses dados agregados, porque nos nossos microdados não houve essa convergência. Nesse gráfico, há uma ordenação dos Estados de acordo com a renda deles, aparecendo São Paulo e Rio de Janeiro nas primeiras posições e o Piauí na última.

No próximo gráfico, pode-se observar que a diferença entre os Estados é muito grande em termos de educação. O Estado mais rico tem maior nível médio de anos de educação. São Paulo aparece no primeiro lugar, Mato Grosso do Sul, em segundo e o Rio de Janeiro, em terceiro, sendo o Rio de Janeiro o Estado com maior nível de educação do Brasil.

No caso de acesso a esgoto, a diferença também é brutal. Enquanto em São Paulo 80% têm acesso à infra-estrutura de esgoto, no Piauí esse número só chega a 20%. Analisamos diversas outras variáveis: acesso à energia elétrica, acesso à coleta de lixo...

os dados são impressionantes e a disparidade dos indicadores de infra-estrutura entre os Estados brasileiros é impressionante. Esse outro gráfico mostra o percentual de domicílios com geladeira em casa e isso parece estar associado com energia elétrica, pois São Paulo tem quase 90% enquanto o Piauí fica com menos de 40%.

Talvez o gráfico mais importante seja o de mortalidade infantil. Até o Estado colocado no décimo lugar, Espírito Santo, vemos um nível de mortalidade infantil baixo. A partir daí, que são os Estados nordestinos, há um aumento impressionante nas taxas de mortalidade. Fica bem claro nesse gráfico a história da Belíndia; você tem a Bélgica de um lado e a Índia do outro, em termos de indicadores sociais; e assim por diante.

Nesse outro gráfico temos a expectativa de vida e podemos observar uma correlação positiva entre nível de renda e expectativa de vida. Lógico que isso aqui é somente correlação, não estamos tentando inferir nenhuma causalidade entre as coisas. Não estamos dizendo que acesso a esgoto causa crescimento econômico, pois não sabemos se é o próprio crescimento econômico que causa o acesso ao esgoto.

Só para terminar, vou mostrar alguns resultados em que fizemos uma regressão de crescimento da renda em cinco períodos com indicadores de capital humano e infra-estrutura de cinco períodos anteriores, para tentar o problema de endogeneidade. Aqui são vários indicadores de educação, valendo salientar que educação é muito importante para o crescimento futuro de renda dos Estados. O mesmo acontece com os dados de infra-estrutura, coleta de lixo, luz e esgoto, variáveis importantes que explicam o crescimento de renda futuro.

Resumindo a parte dos estudos regionais: o que acontece no Brasil é uma disparidade muito grande entre a renda *per capita* dos Estados brasileiros; essa disparidade permaneceu constante ao longo do tempo e grande parte dessa disparidade está associada a indicadores de capital humano e infra-estrutura.

Agora vou concluir toda a apresentação. Teoricamente, a concentração de riqueza pode não ajudar o crescimento. Isso é meio ambíguo, porque há modelos teóricos que dizem que ela ajuda e outros modelos que dizem que ela atrapalha o crescimento; e é bom termos as duas versões para chegarmos nós mesmos a conclusões.

Empiricamente, minha leitura da literatura parece não deixar dúvidas: concentração de ativos prejudica o crescimento. Mas, vejam bem, isso é resultado de regressões envolvendo 100 países. São resultados médios. Após controlar por vários outros determinantes, concentração de renda ou concentração de ativos é prejudicial ao crescimento. Em média. Pode ser que em alguns países, mesmo com riqueza concentrada, isso não ocorra, como foi o caso do Brasil no final de sessenta e começo de setenta, quando houve crescimento econômico acima da média. Em alguns países pode ter acontecido o contrário. Esses estudos econométricos mostram o que acontece em média.

Um terceiro ponto é se crescimento aumenta ou diminui a desigualdade. Parece que a conclusão é que nos países mais avançados, principalmente Estados Unidos e Inglaterra, o crescimento econômico foi acompanhado de aumento de desigualdade de renda, assim como em países como Chile e México. No caso brasileiro, não se sabe; o efeito é ambíguo. Houve uma grande liberalização comercial e a concentração de renda permaneceu basicamente constante. É importante lembrar que os modelos teóricos previam que, com o aumento da liberalização, a desigualdade deveria cair no Brasil, porque o Brasil é intensivo em mão-de-obra não qualificada; mas isso não ocorreu.

No Brasil, a desigualdade continua muito elevada. Isso eu gostaria de enfatizar: vinte anos, diferentes regimes políticos, inflacionários e de crescimento, e a desigualdade permanece basicamente constante, a mais alta do mundo. Nós estamos em

busca da explicação para isso. Entre os Estados – o que pode dar uma dica do que acontece entre países –, educação e infra-estrutura são as variáveis mais importantes. Obrigado.

Otaviano

Antes de abrir a palavra à platéia, para perguntas, vou simplesmente fazer duas indagações a cada um dos nossos expositores. Eles podem optar por responder antes ou depois da platéia.

Em relação à exposição do professor Reinaldo, estou curioso com uma questão. Alguns autores alegam que, eventualmente, a configuração da propriedade é algo que advém do *modus operandi* da economia. Não apenas isso, como há autores que atribuem um custo muito alto a processos de transição de uma certa configuração de propriedade a outra; e esses autores acabam defendendo o manejo da distribuição da renda, buscando evitar os custos totais ou de transição no perfil de propriedade. Eu gostaria que o professor Reinaldo, se pudesse, comentasse um pouco sobre isso.

A segunda pergunta é a seguinte: diante dos dados que o Naércio mostrou, será que a redistribuição de riqueza tem como mola mestra, exatamente, o problema educacional, já que ele observou aí, usando os trabalhos dele e do Paulo Paes de Barros, o papel central da educação?

Esse assunto me puxa para a primeira pergunta que quero fazer para o Naércio. Ele observou algumas das hipóteses existentes na literatura quanto à reconcentração de renda nos Estados Unidos, particularmente, e na Inglaterra; e ele apontou três elementos possíveis: alocação do comércio, o perfil das mudanças tecnológicas e das mudanças organizacionais. E parece haver um consenso entre observadores das atuais mudanças econômicas em curso quanto a essa pressão desfavorável ao trabalho não qualificado e favorável em termos de demanda à qualificação.

A pergunta é a seguinte: o François Burgueon tem argumentado sobre a importância de distinguir a distribuição funcional de renda da distribuição pessoal de renda. E ele observa o seguinte: os países europeus têm estado sujeitos ao mesmo tipo de pressão de demanda concentradora que se assiste nos Estados Unidos e na Inglaterra. A diferença é apenas que as instituições do *Welfare State* não foram inteiramente desmontadas e isso vem permitindo separar, distanciar a fragilização no mercado de trabalho em relação à distribuição pessoal da renda. Quer dizer, isso configura a possibilidade, portanto, talvez de trajetórias múltiplas no processo de adaptação econômica e, portanto, uma relação não necessariamente inequívoca entre mudanças tecnológicas e distribuição de renda; pelo menos do ponto de vista pessoal. Eu gostaria que você comentasse.

E para completar, finalmente, há de fato uma hipótese que permite conciliar a relação, primeiro, de causalidade favorável ou, pelo menos, de correlação favorável entre concentração de renda e crescimento; e, depois, distribuição de renda e crescimento, que é talvez a mudança de natureza do progresso tecnológico. Ou seja, tipicamente até o final dos anos 70 tivemos um padrão de desenvolvimento tecnológico no qual a mudança tecnológica vinha incorporada em capital físico e assim por diante; no qual o progresso técnico acompanhava como uma sombra, como se dizia antigamente, o investimento em capital físico; e claramente, dos anos 80 para cá, caminhamos na direção de um tipo de progresso tecnológico mais intangível, mais dissociado de capital físico e, portanto, mais dependente até do capital humano. Mas, a rigor, podemos até conciliar historicamente momentos nos quais a concentração de renda seria mais favorável exatamente por favorecer a acumulação de capital para o

capital físico, e agora estamos em situação exatamente oposta.

Se o que vale é a educação, quanto maior a distribuição do fator de produção capital humano – já que ele pode até ser reproduzido, ele não tem o uso competitivo, chega quase a ser um bem público; e, ao mesmo tempo, temos problemas de crédito – é muito mais difícil, até, dar crédito para educação, porque não tem um colateral, enquanto no crédito para capital físico você pode ter um colateral. Então, você tem problemas de mercado de capitais ainda mais violentos.

Essa é a minha indagação: seria possível adotarmos uma hipótese quanto a perfil histórico do processo de desenvolvimento econômico, para explicar por que é que as hipóteses podem ser diferentes? Passo a palavra para vocês comentarem e depois abriremos para o público. Reinaldo.

Reinaldo

Para ser breve, na realidade sou daqueles que minimizam o papel da educação, do ponto de vista de distribuição de renda. Acho que a chave está no problema de desequilíbrio de estoques. Problema de ativos. Porque, na realidade, as pessoas tiram renda de quê? Primeiro, tiram renda da terra; depois, de ativo real (o ativo real é uma estrutura não residencial, uma loja, um caminhão, um táxi, uma fábrica, de onde tiram lucro); tiram também de ativo financeiro; e, finalmente, tiram de educação. Por exemplo, nós aqui – eu, o Otaviano e o Naércio – tiramos nossa renda de um negócio chamado capital humano. Na verdade, só tenho um ativo na minha vida, que é capital humano. O Otaviano tem ativo financeiro. Mas, na verdade, você tem quatro ativos para tirar renda, a educação é um deles.

No caso brasileiro, certamente a educação não é o fator mais importante da desigualdade de renda. Nesse estudo em que você coloca a educação, na verdade você diz o seguinte: tem o problema de causalidade: o sujeito não tem renda porque não tem educação. Mas tem um problema: é que ele não tem educação porque não tem renda. Agora, se você pega a elite brasileira, ela não tem educação e tem renda; tenho um amigo francês que pergunta: “como pode a elite brasileira ser tão rica, e ao mesmo tempo tão ignorante?” Ela é ignara e ao mesmo tempo é rica, e é muito rica. É muito rica a elite brasileira.

O resultado para o qual estou querendo chamar a atenção é o seguinte: fundamental é desequilíbrio de estoque. Quando você centra em educação, na realidade você está fazendo um discurso em que você não está querendo reequilibrar a questão dos outros estoques. Quais são os outros estoques? Terra, ativos reais os mais diversos e ativos financeiros, que dão renda. Então, nosso problema fundamental é que, no Brasil, os outros ativos são muito mais concentrados que a educação. Dos ativos, educação é o menos concentrado.

Na verdade, do ponto de vista do Brasil, a lógica de crescimento – estou falando de crescimento econômico, não estou falando nem de justiça social, hein! –, se for concentrar nos desequilíbrios de estoques, os ativos que são mais concentrados são exatamente terra, ativo financeiro, outros ativos reais e, por fim, educação. Esse é que é o ponto central. Quando você concentra na educação, você está deixando de lado os outros desequilíbrios de estoque nos outros ativos, que são muito mais importantes. Você vai acabar tendo uma população educada e pobre ao mesmo tempo. O Brasil corre esse risco. Você tem um brutal investimento em educação e você vai ter indigentes bem educados. Você já tem ricos mal educados; agora vai ter indigentes bem educados.

Resultado: isso é importante, é muito importante. Pensar em termos de desequilíbrios de estoques: terra, ativos reais (fábricas, lojas, automóveis), de onde as

peças tiram renda. Um dono de uma loja de flores no Rio de Janeiro, com dois anos de escolaridade, ganha exatamente o que ganha um professor que tem 30 anos de estudos, porque tem uma loja. E é tão ou mais feliz que um professor. Não estou querendo dizer que essa é a média, estou querendo dizer que é importante. O sujeito que tem a terra dele e pode cultivar, ele tem condição de dignidade. Não significa que as pessoas não tenham que ter educação; é óbvio que têm que ter muita educação. Talvez muito mais por uma questão de cidadania, de cultura, de sociedade, de justiça, de política, do que um problema econômico. Do ponto de vista da dinâmica econômica, se nós formos ordenar os fatores determinantes da desigualdade e do impedimento ao crescimento, repito: são os ativos terra, os ativos financeiros e os ativos reais; e, por fim, o ativo educação. Então se formos enfocar, temos que dar peso quatro, três, dois e um. Um para educação. Não significa que não seja importante. É prioritário, é fundamental, mas na realidade o discurso sobre educação desvia a atenção dos outros desequilíbrios de estoques. Essa é a diferença fundamental entre o conjunto de autores que investe em educação, educação, educação, mas não mexe nos outros ativos. E o resultado? Em dez anos você vai ter exatamente a mesma concentração de riqueza e desigualdade de renda; e, provavelmente, sem crescimento econômico. Com indigentes mais ou menos educados, e ricos cada vez mais mal educados.

Naércio

Bom, respondendo às duas questões do Otaviano, realmente há essa dicotomia entre instituições – Europa Continental de um lado e Reino Unido e Estados Unidos de outro. Reino Unido e Estados Unidos têm mercados de trabalho mais flexíveis; então, o aumento da demanda por trabalhadores mais qualificados tende a aumentar a desigualdade, ao passo que nos países da Europa Continental, por haver uma rede de proteção ao emprego e à renda, esse aumento na demanda por trabalhadores qualificados não se converte necessariamente em aumento na desigualdade de renda.

Agora, existem pessoas que afirmam que essa rigidez no mercado de trabalho faz com que o aumento na demanda por trabalhadores qualificados cause desemprego. O desemprego na Europa Continental é mais elevado que nos Estados Unidos e na Inglaterra. Então, a questão é a seguinte: esse aumento na demanda por trabalhadores qualificados – essa é a visão padrão do *mainstream* – gera, em mercados flexíveis, desigualdade de renda; em mercados rígidos, desemprego dos trabalhadores menos qualificados. Mas isso ainda está para ser provado empiricamente. Isso é só a idéia do *mainstream*.

Quanto à segunda pergunta, na verdade eu não entendi direito. Você disse que antes havia capital físico e o investimento em capital físico não necessariamente piora a distribuição, ao passo que mais recentemente o capital não tem peso, digamos assim, *weightless economy*, e isso piora a desigualdade de renda. É isso? Não entendi essa relação.

Otaviano

A hipótese é simples. É de que mudou a natureza do progresso tecnológico. Claramente, naquilo que os estudiosos da técnica chamam de desdobramentos da segunda revolução industrial, que é o que vigorou dos paradigmas tecnológicos do final do século passado até se exaurirem no final dos anos 60, e que foram reproduzidos aqui no Brasil – a industrialização pesada –, o progresso tecnológico está contido nos equipamentos, ele é incorporado necessariamente em equipamentos. Então, o progresso

tecnológico acompanhava o investimento em capital físico, ao passo que essa ligação entre investimento e capital físico e mudança tecnológica deixou de estar valendo nos paradigmas associados à nova economia.

Pois bem. A hipótese é que o papel importante dos investimentos em capital físico no passado davam alguma “justificativa”, alguma funcionalidade para que a concentração de renda favorecesse o crescimento, por causa do argumento da propensão marginal a poupar; enquanto que esse argumento já não vale agora. Agora é o contrário: quanto mais difundida for a base de renda e, portanto, menores as restrições ao crescimento do fator capital humano, mais fácil o crescimento.

Naércio

Entendi e concordo inteiramente.

Otaviano

As duas fazem parte de um mesmo modelo; só que a diferença está apenas na natureza dos parâmetros, mas não há contradição.

Naércio

Entendi. Com relação ao ponto do professor Reinaldo, eu concordo que existe uma desigualdade de capital humano e uma desigualdade de ativos. É difícil saber qual o peso que se deve dar a esses dois fatores; talvez um exercício com dados, alguma coisa empírica, pudesse demonstrar qual a importância dos dois fatores para a explicação da desigualdade de renda.

Agora, acho importante a educação porque é uma coisa talvez politicamente mais fácil de ser atingida, como você mesmo falou. À medida que você dá educação para toda a população, aumenta o capital humano, o acesso ao desenvolvimento de novas tecnologias, com certeza isso vai aumentar a produtividade das pessoas que recebem educação e seu salário no mercado de trabalho. Então, por isso a ênfase na educação. Mas eu quero deixar bem claro, e os estudos empíricos que citei mostram isso, que a desigualdade de ativos é tão ou mais importante para o crescimento econômico, ou seja, piora tanto o crescimento econômico quanto a desigualdade de renda, por si. Eu concordo inteiramente com essa parte. Só acho difícil medir qual a ordenação de importância dos fatores.

Otaviano

A plateia gostaria de fazer alguma pergunta?

Do auditório

José Sérgio Gabrielli de Azevedo, da Universidade Federal da Bahia. Vou tentar fazer uma leitura das duas colocações e queria ouvir a opinião dos dois apresentadores. Acho que há uma diferença de macro e de economia do trabalho que está dando um pouco de ruído nessa comunicação.

Primeiro elemento, acho que é importante que tenhamos claramente, no caso brasileiro, uma participação da renda do trabalho menor, nesse momento, do que a participação dos outros tipos de ativos geradores de renda.

Então, a estimativa é que em torno de 40 a 45% é do trabalho e o resto é dos outros fatores. Nesse sentido, a discussão da distribuição funcional, levantada pelo professor Reinaldo, é absolutamente correta. Você tem que ter claramente políticas que distribuam essa renda, e não pode ser só na renda, tem que bulir no ativo, portanto na propriedade.

Por outro lado, o professor Naércio está levantando uma série de informações que, pela base de dados que ele levanta, ele não pode responder a primeira questão, porque as bases de dados de pesquisas domiciliares sistematicamente têm uma subnotificação de rendas não-trabalho; conseqüentemente, os dados que o professor Naércio está trabalhando não têm essa renda dos 60% significativamente representadas. Portanto, dentro da renda dos 40%, o fator educação tem um papel importante.

O professor Reinaldo, por outro lado, destaca uma discussão de longo prazo em que a questão redistributiva deve ser colocada como elemento fundamental, fora dos quatro paradigmas de centro-direita e de direita. Então, nesse sentido, do ponto de vista de uma estratégia de longo prazo de redistribuição da renda funcional, a problemática educacional vai se expandir e se tornar mais relevante, porque nós vamos ter mais renda do trabalho numa estrutura distributiva melhor. Gostaria de ouvir a opinião deles dois sobre essa avaliação.

Otaviano

Dado o adiantado da hora, vamos ouvir logo as perguntas, depois os dois respondem.

Do auditório

Cláudia, do Pimes e da Unicap de Pernambuco. Pegando o gancho do colega, quero também fazer uma colocação, uma provocação, tanto para o professor Reinaldo quanto para o Naércio. Naércio citou uma série de estudos que tratam da relação entre desigualdade e crescimento. Tem um texto do Banco Mundial, me perdoem, não lembro os autores, mas o nome é *Equity and Growth*, em que eles discutem exatamente o modelo de Kuznets e estão fazendo também um tratamento microeconômico com vários países, e chegam à conclusão de que as implicações da desigualdade impedindo o crescimento são muito mais importantes e mais problemáticas do que falar de crescimento reduzindo a desigualdade.

Há uma correlação positiva. Se há crescimento, há possibilidade de redução da desigualdade, mas em havendo desigualdade, atingir um processo de crescimento e desenvolvimento econômico é algo mais complicado. Isso para o Naércio.

Com relação ao professor Reinaldo, minha provocação é sobre o papel da Educação. Toda vez que começamos a discutir pobreza e desigualdade na distribuição de renda, caímos num denominador comum chamado educação; citando então os microdados da PNAD, que estão muito bem trabalhados num documento do IBGE recente, de 2000, “Sistematização de Informações de Indicadores Sociais”, quando analisamos a distribuição de renda por nível de escolaridade entre as várias regiões abertas por Estados, vemos uma fortíssima correlação. E eu não fiz teste econométrico; é só uma avaliação estatística, uma análise dos dados que estão ali. É clara a percepção de que há uma forte correlação entre pertencer a camadas de renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e ter baixo nível de educação, ter baixa escolaridade, seja escolaridade funcional, de menos de quatro anos de estudo, seja com cinco ou seis anos de estudo.

E quando o Reinaldo fala que, em termos de políticas públicas, lidar com educação é algo relativamente mais fácil, aí caímos em algumas frases-chavões e em algumas posições muito comuns, dizendo que a educação permite não só acesso ao mercado de trabalho e àquelas categorias que recebem maior nível de renda, mas também amplia a capacidade de discernimento, de influenciar ou de participar ativamente nas decisões que nos levariam, então, a uma melhor distribuição de renda. Como o senhor citou, a reforma agrária. A reforma agrária é vista como uma importante política de distribuição de renda, mas há toda uma conturbação, um problema de informação, porque nós temos ainda uma taxa de analfabetismo bastante alta. No Nordeste, temos taxas elevadíssimas de mais de 40% e no Brasil, ainda, uma taxa de 20%. E quando vamos analisar os países que não são desenvolvidos, há um problema com a educação.

Otaviano

Vou pedir aos dois professores que respondam e em seguida encerramos o painel.

Naércio

Com relação ao ponto que, parece, dominou o debate, educação *versus* ativos, repito: não sei se educação explica mais a desigualdade do que a posse de ativos. Não sei como medir. *A priori*, eu não tenho uma posição definida. A posição do professor está certíssima. Se eu tivesse dados de ativos bem mensurados, bem medidos, meu primeiro trabalho seria justamente investigar o papel da desigualdade de terras e de propriedades *vis à vis* a educação como determinante da desigualdade de rendas. Eu só

não posso afirmar nada sem ter uma base de dados confiável.

Com relação ao ponto de desigualdade e crescimento, enfatizei bastante na palestra que os estudos empíricos mostram – e concordo plenamente – que um aumento de desigualdade de ativos e de renda pode ser muito prejudicial para o crescimento no longo prazo.

Reinaldo

Concordo com o Gabrielli. Acho que ele ressaltou pontos importantes. A meu ver, do ponto de vista do desenvolvimento, no Brasil, a prioridade no curto e médio prazo é a mudança funcional da renda; no longo prazo, é mudança intra-salarial. E no longo prazo você pode, por exemplo, ter política de salário mínimo, porque o salário mínimo não pode correr menos do que o salário das categorias organizadas. Numa sociedade em que o salário das categorias organizadas sobe a 10%, você tem que aumentar o salário mínimo em 12%, e isso só pode ser feito no longo prazo, com novas relações de capital/trabalho. Por isso é que acho que no modelo de desenvolvimento, numa perspectiva dessa, você precisa trabalhar com uma reconfiguração das relações de capital/trabalho. Mas eu insisto: no curto prazo e no médio prazo, o problema é mudança funcional da renda. É fundamentalmente deslocar renda de outras fontes para salário. No longo prazo, é um problema intra-salarial e aí, obviamente, educação é um dos componentes; mas, resalto, não é o mais importante. Continuo achando, em termos de uma hierarquia, que no caso brasileiro certamente terra, ativos reais e ativos financeiros são muito mais importantes do que educação, em termos de fonte de renda.

Quantas pessoas no Brasil não têm renda não porque não têm educação? Na realidade, o que acontece é que elas não têm educação porque não têm renda. Por que nossos filhos têm educação e terão renda? Porque nós temos renda. Então, se você bota um sujeito no campo e ele passa a ter uma renda, o filho dele vai ter educação. Se você financia para ele se tornar um pequeno ou médio empresário, o filho dele vai ter educação, vai ter renda. Então, eu acho que o problema central no Brasil é essa inversão na relação de causalidade. No Brasil, as pessoas não têm educação porque não têm renda. Ponto. Não é o contrário. Porque todo mundo que tem renda tem educação. Acho que essa é a questão central e esse problema da causalidade tem que ser ressaltado nesses estudos quantitativos.

Com relação à educação, o que chama a atenção, o que é importante, é o aspecto não econômico da educação. Mas ele nos remete a outro aspecto, que não é focado em nenhum desses projetos de longo prazo; nenhum deles toca nisso, mas acho fundamental você ter reformas institucionais; tem que mudar instituições. Por que tem que mudar as instituições? Quais são as instituições que se tem que mudar, para o Brasil ter um projeto diferente desses? Tem que mudar instituições como o judiciário, tem que mudar instituições como meios de comunicação, você tem que mudar as forças armadas, tem que mudar universidades; tem que mudar instituições para que você consiga fazer um projeto que seja diferente desses que nós temos.

O que significa mudar instituições? Meios de comunicação, por exemplo? Significa que se você der educação para todo mundo, e você continuar controlando, continuar manipulando a opinião pública com meia dúzia de grandes órgãos de comunicação fazendo a opinião pública brasileira, pode todo mundo ter Ph.D. no Brasil que não consegue se mobilizar. Então, a questão política é fundamentalmente um problema. Claro que a educação é importante, é um insumo. Mas o produto chama-se organização e mobilização da sociedade. Pode estar todo mundo aqui com Ph.D. em *Cambridge* e é bem provável que se os meios de comunicação continuarem como estão,

o judiciário continuar como está, ou o aparelho repressivo do Estado continuar como está, nós não conseguiremos nos mobilizar. Resultado: é fundamental um problema de organização, e que isso passe pela reforma das instituições e menos pela educação. Essa é a minha leitura.

Nesse sentido, as reformas institucionais no Brasil – reforma do judiciário, dos meios de comunicação, das forças armadas e das instituições corporativas, como universidades – são muito mais importantes que os investimentos em educação. Se eu tivesse que alocar recursos, dinheiro, faria reforma do Judiciário, do aparelho repressivo do Estado, dos meios de comunicação, das forças armadas, das corporações, que são muito mais importantes do que investimento em educação, estrito senso, do ponto de vista de um projeto de transformação radical da sociedade brasileira. Posso estar errado. Às vezes, em 50% das minhas avaliações eu erro, nas outras 50% eu acerto. Acho que é só problema de sorte ou azar probabilístico. Mas essa é a minha opinião: é mais importante, no Brasil, fazer reformas de instituições que fazer reforma educacional, investindo em educação.

Otaviano

Quero agradecer a presença de todos, particularmente dos professores Reinaldo Gonçalves e Naércio Aquino Menezes, e lembrar-lhes que retomaremos os trabalhos à tarde, a partir das 14 horas.